

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da

POLÍTICAS DE TURISMO E TERRITÓRIO

São Paulo, Editora Contexto, 2000, 167

Eduardo Yáziqi

Como as escolas e pesquisas específicas do turismo são muito recentes entre nós, foi preciso esperar o final da década de 90 para dispormos de trabalhos pioneiros, em vários ramos da área, que fossem produtos de investigações realmente profundas. No âmbito do que seja a apreciação do fenômeno turístico no Brasil, essas pesquisas prestam-se a dois eixos fundamentais. O primeiro, reporta-se à busca de metodologias pensadas para o estudo do fenômeno, no Brasil em especial, já que ele não se constitui numa categoria de análise. Seus contornos são flus e não contam com uma dinâmica interna, indispensável para configurar um campo de estudo mais ou menos autônomo. Daí a necessidade de o pesquisador trilhar por diversos caminhos, passando um pente fino que detecte as peculiaridades do fenômeno turístico. O quanto do lucro de uma farmácia é devido aos turistas ou quantos carros que circulam por uma avenida lhe são devidos? O segundo eixo prende-se à necessidade de se teorizar como vem se configurando o turismo entre nós e, ainda, numa perspectiva do planejamento, que rumos devem ser trabalhados.

Ao estudar as políticas de turismo no Nordeste brasileiro, apoiada nas preocupações apontadas, Rita de Cássia Ariza da Cruz esmiuçou e refletiu sobre a maioria das fontes primárias do tema, permitindo-se assim uma apreciação criteriosa e serena sobre o papel do turismo no desenvolvimento regional. Os aficionados do método sabem que o estudo adequado de casos, desde que representativos, auxiliam muito mais sobre o entendimento da questão do que generalida-

des teóricas, sem fundamento no real. Entender como o Estado ou a região procedeu em empreendimentos de finalidade turística fornece uma plataforma de raciocínio para especular sobre outros correlatos.

Este livro se apresenta com a simplicidade de expressão que caracteriza as boas obras. É preciso que se entenda, todavia, que a singeleza formal só é possível depois de complicada seleção de informação, análise e síntese, onde a dialética seja sempre preocupação central. Foi isto que Rita de Cássia cumpriu com êxito, concebendo sua obra nas seguintes partes. Uma exploração conceitual de turismo e território, seguida de políticas nacionais e setoriais de turismo; de políticas regionais no reordenamento dos territórios nordestino e, numa apreciação dos megaprojetos turísticos da Prodetur-nordeste, onde focaliza a emergência dos lugares na transparência do mundo.

Ao transcender da política de turismo à idéia de desenvolvimento regional, a autora depara-se com a crítica de que este fenômeno evidencia o sistema dual com sua alta visibilidade e seu caráter concentrador. Isto efetivamente acontece. Mas creio que a reflexão final sobre o fenômeno turístico não pode deixar de considerar alguns pontos revelados pela autora: 1) Sim, a atividade turística tem sido concentradora – como o são todas outras iniciativas calcadas no lucro. Ou seja, se há vilões, o turismo não é o único. Embora o caso do nordeste seja tecnicamente correto, pois se funda na implantação da infra-estrutura urbana (embora muito criticável de vários

aspectos), deixa a desejar algo que lhe transcende e que só pode ser de iniciativa nacional: a redistribuição da renda. Nenhuma região ou município é suficientemente autônomo para conduzir esta questão isoladamente. 2) Em curto prazo, o financiamento dessas políticas cujo valor não é tão exagerado enquanto empreendimento urbanístico (todo Nordeste gastou bem menos que o túnel Ayrton Sena de São Paulo), gerou não menos de um milhão e meio de empregos durante vários anos.

O texto instiga, assim, a refletir sobre a conveniência ou não de um país em desenvolvimento (e uma região relativamente mais pobre), carente de empregos, enveredar por esta opção econômica, já que é portadora de certos deslumbramentos tropicais tão do gosto dos veranistas. Negar esta possibilidade equivale dizer aos turistas, "Ide passear pelo Caribe, Pacífico, Índico ou Mediterrâneo..." Se o turismo não for uma fatalidade, o veraneio, pelo menos o é. Se o urbanismo não abraçar uma tônica que inclua o caráter dessas dimensões, estaremos decretando o suicídio da costa. Isto porque os modelos urbanísticos mais comuns do país são tão pobres quanto desleixados. Não é jogando a água do banho com a criança que se resolve a exclusão, mas abrindo

novas portas e novas relações do trabalho. É assim que negar o aprimoramento territorial equivale deixar para segundo plano a questão ambiental que é, paradoxalmente, a base do principal tipo de turismo a ser perseguido pelo Brasil, pois nossas cidades deixam quase tudo a desejar do ponto de vista da cultura material. Elas não conseguem competir com as belezas naturais. Nessa perspectiva, a crítica tem de se eixar, isso sim, em duas frentes: a luta incessante por melhores condições de vida da população e a intolerância de produção de modelos de urbanismo de terceira linha.

Não se pode pensar em inclusão sem aumentar as frentes de trabalho. Nem vejo como o turismo (que é uma prática social que se converte em econômica) seja mais vilão do que outra iniciativa do capital. O que está em questão e fica evidenciado – a propósito do trabalho de Rita de Cássia – é a regulação do capital, a redistribuição da renda e outros encaminhamentos que, sem investimentos cerceiam as opções de construção da cidadania.

Este estudo, que foi tese de doutoramento sob minha direção, apresenta-se como leitura de base para geógrafos estudiosos da dimensão turística no território e para planejadores em geral.

